

MINISTÉRIO DA SAÚDE

DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA ÁREA TÉCNICA DE SAÚDE DO IDOSO

1. ACESSIBILIDADE
2. ÁLCOOL E DROGA
3. ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
4. ALZHEIMER
5. AMIGO DO IDOSO
6. ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA IDOSO
7. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
8. ATENÇÃO BÁSICA
9. ATIVIDADE FÍSICA NO IDOSO
10. CADERNETA DE SAÚDE DO IDOSO
11. CARTILHA VIVER MAIS E MELHOR
12. CENTRO DE REFERÊNCIA
13. CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO
14. CONSELHO NACIONAL DE DIREITO DO IDOSO – CNDI
15. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
16. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
17. CUIDADOS PROLONGADOS
18. ENVELHECIMENTO ATIVO
19. FARMÁCIA POPULAR
20. HIPERTENSÃO
21. HIV E AIDS
22. HUMANIZASUS
23. ILPI
24. II SEMINÁRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE DO IDOSO – AMPLIANDO O CUIDADO 2006
25. INTERNAÇÃO DOMICILIAR
26. MINISTÉRIO DO TRABALHO
27. OISS
28. ÓRTESE E PRÓTESE
29. OSTEOPOROSE
30. PACTO PELA VIDA
31. PARKINSON
32. POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE
33. POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO
34. PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES - PNPIC
35. SAMU
36. SAÚDE BUCAL
37. SAÚDE MENTAL
38. SEMINÁRIO MACRORREGIONAL 2006
39. SUS
40. VACINAÇÃO
41. VIOLÊNCIA

01- Acessibilidade

A	Desenho Universal	Apresentação do conceito Desenho Universal
B	Lei 10048 de 8 de Novembro de 2000	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
C	Lei 10098 de 19 de Dezembro de 2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
D	Decreto 5296 de 02 de Dezembro de 2004 - Lei da Acessibilidade	Regulamenta as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.
E	Norma ABNT 5090/2004	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos
F	Manual de Estrutura Física das Unidades Básica de Saúde 2006	Normas e Manuais Técnicos para Estruturação Física das UBS
G	Casa Segura	Documento produzido pela SBOT

02 - Álcool e Droga

A	A Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas	A Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas - 2ª edição revista e ampliada 2004
B	Álcool e Redução de Danos	Ratificou as diretrizes básicas que constituem o Sistema Único de Saúde; garante aos usuários de serviços de saúde mental – e, conseqüentemente, aos que sofrem por transtornos decorrentes do consumo de álcool e outras drogas – a universalidade de acesso e direito à assistência
C	Lei 10.216, de 06 de abril de 2001	Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

03 - Alimentação e Nutrição

A	Guia Alimentar	A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), homologada em 1999, integra a Política Nacional de Saúde (BRASIL, 2003f)
B	Portaria 710 de 10 de Junho de 1999	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
C	Portaria 1156 de 31 de Agosto de 1990	Fica instituído, no Ministério da Saúde, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN
D	Política Nacional de Alimentação e Nutrição	Portaria 710, de 10 de junho de 1999, que Aprovar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, reeditada em 2005
E	Portaria 2.246/GM de 18 de outubro de 2004.	Institui e divulga orientações básicas para a implementação das Ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, no âmbito das ações básicas de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, em todo o território nacional.
F	Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006.	Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional . SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

04 - Alzheimer

A	Portaria 843 de 06 de Novembro de 2002	Protocolo Clínico da Doença de Alzheimer
---	--	--

05 - Amigo do Idoso

A	Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento/1996	Seminário Internacional: Envelhecimento populacional uma agenda para o final do século
B	Plano de Madrid/2002	Traduzido em Português
C	International Plan of Action on Ageing 2002	Plano de Madrid em Inglês
D	Carta de Ouro Preto/2002	“Desigualdades Sociais e de Gênero e Saúde dos Idosos no Brasil”.
E	Active Agein A Police Framework	Documento original
F	Towards Age-friendly	Documento original em inglês

06 - Assistência Social para o Idoso

A	Lei 6.179 de 11 de Dezembro de 1974	Institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências
B	L8742 de 7 de dezembro de 1993 – LOAS lei orgânica da Assistência social	Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
C	Resolução INSS/PR 324 de 15 de Dezembro de 1995	Estabelece normas e procedimentos para a operacionalização do Benefício de Prestação continuada aos Idosos e aos Portadores de Deficiência, e dá outras providências.
D	Portaria MS/GM 373 de 27 de Fevereiro de 2002 – NOAS Norma Operacional de Assistência Social	Normas de Funcionamento de Serviços de Atenção à Saúde do Idoso no Brasil – Regionalização da Assistência à Saúde: Aprofundando a descentralização com equidade no acesso
E	Normas e Padrões de Funcionamento para Serviços e Programas de Atenção à Pessoa Idosa	Constitui uma etapa de regulamentação da Política Nacional do Idoso - Lei 8.842, de 04/01/1994, bem como uma nova abordagem de procedimentos e mudanças de paradigmas no que se refere a definição de Normas e Padrões de Funcionamento para Serviços e Programas de Atenção à Pessoa
F	Amparo Assistencial ao Idoso e ao Deficiente	Benefício destinado a pessoas que não têm condições financeiras de contribuir para a Previdência Social.

07 - Assistência Farmacêutica

A	Lista dos Medicamentos Fracionados 09/08/2006	
B	Lei 8926 de 9 de Agosto de 1994	Torna obrigatória a inclusão, nas bulas de medicamentos, de advertências e recomendações sobre seu uso por pessoas de mais de 65 anos
C	Portaria/ GM 3916 de 30 de Outubro de 1998	Aprova Política de Medicamentos
D	Política de Medicamentos	
E	Portaria GM 2084 de 28 de Outubro de 2005	Estabelece normas, responsabilidades e recursos a serem aplicados no financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica e define o Elenco mínimo Obrigatório de Medicamentos.

08 - Atenção Básica

A	Portaria 1886 de 18 de Dezembro de 1997	Aprova as Normas e Diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Saúde da Família
B	Lei 10507 de 10 de Julho de 2002	Cria a Profissão de Agente Comunitário
C	Portaria 648, de 28 de março de 2006	Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS).
D	Portaria 493 de 13 de março de 2006	Aprova a Relação de Indicadores da Atenção Básica - 2006
E	Apresentação do DAB – Seminário Nacional de Saúde do Idoso 2006	Apresentação
F	AMQ 2005	Documento Técnico da Avaliação para Melhoria da Qualidade da Estratégia Saúde da Família
G	SIAB 2005	Sistema de Informação da Atenção Básica – Indicadores 2005
H	Manual SIAB 2000	Manual do Sistema de Informação da Atenção Básica
I	Dados estatísticos ESF Dezembro de 2006	DATASUS
J	Manual para Organização da Atenção Básica 1999	O Manual para a Organização da Atenção Básica objetivava o âmbito do SUS a atenção básica à saúde e apontar um eixo orientador para a reorganização do modelo de atenção de acordo com a NOB-SUS 01/96
L	Caderno de Atenção Básica em Envelhecimento e Saúde do Idoso/2006	
M	Caderno de Atenção Básica – Instabilidade Postural e Queda (parte 1 e 2) 2000	
N	Caderno de Atenção Básica Cânceres de Colo de útero e mama	
O	Caderno de Atenção Básica Diabetes Mellitus	
P	Caderno de Atenção Básica Doenças Cardiovasculares	
Q	Caderno de Atenção Básica HIV AIDS HEPATITE DST	

R	Caderno de Atenção Básica Obesidade	
S	Caderno de Atenção Básica Saúde Bucal	
T	Caderno de Atenção Básica Hipertensão Arterial Sistêmica	

09 - Atividade Física no Brasil

A	Agita Brasil/2002	Programa Nacional de Promoção da Atividade Física PT 1893 de 15 de Outubro de 2001 - Instituir o Programa de Promoção da Atividade Física, a ser coordenado pela Secretaria de Políticas de Saúde
B	Cartaz Atividade Física	Cartaz Agita Brasil
C	Estratégia global	Estratégia Mundial sobre Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde juntas

10 - Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa

A	Caderneta de Saúde da Pessoa idosa	Boneca da Caderneta de Saúde da Pessoa idosa
B	Manual de Preenchimento da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa	Boneca do Manual de Preenchimento da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa

11 - Cartilha Viver Mais e Melhor

A	Cartilha Viver Mais e Melhor 1999	Orientações gerais para a população idosa
---	-----------------------------------	---

12 - Centro de Referência

A	Portaria 280 de 7 de Abril de 1999	Tornar obrigatório nos hospitais públicos, contratados ou conveniados com o Sistema Único de Saúde - SUS, a viabilização de meios que permitam a presença do acompanhante de pacientes maiores de 60 (sessenta) anos de idade, quando internados
B	Portaria 249 de 16 de Abril de 2002	Normas para Cadastramento de Centros de Referência em Assistência à Saúde do idoso
C	Redes Estaduais de Atenção à Saúde do Idoso – Guia Operacional/2002	Portaria GM/MS 1395/99 – Política Nacional de Saúde do Idoso Portaria GM/MS 702/02 – Cria as Redes Estaduais de Atenção à Saúde do Idoso Portaria GM/MS 738/02 – Inclusão assist. Domiciliar e Hosp.-dia Geriátrico no FAEC Portaria SAS/MS 249/02 – Cadastramento de Centro de Referência Portaria GM/MS 280/99 – Acompanhante Hospitalar de Idoso Portaria GM/MS 703/02 – Programa de

		Assistência aos Portadores de Doença de Alzheimer
--	--	---

13 - Código Civil Brasileiro

A	Lei 3071 de 1º de janeiro de 1916	Código Civil
B	Lei 3725 de 15 de janeiro de 1919	Faz diversas correções no Código Civil
C	Lei 10406 de 10 de Janeiro de 2002	Institui o código civil (Atualizado em Fevereiro de 2006)

14 - Conselho Nacional de Direitos do Idoso – CNDI

A	Relatório Final	Relatório Final das Deliberações da I Conferência dos Direitos do Idoso
B	Decreto nº 4.227, de 13 de maio de 2002	Cria o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, e dá outras providências.
C	Decreto nº 4.287 de 27 de junho de 2002	Dá nova redação a dispositivo do Decreto no 4.227, de 13 de maio de 2002, que Cria o Conselho Nacional do Idoso – CNDI.
D	Decreto nº5.109 de 17 de junho de 2004	Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, e dá outras providências.
E	Decreto de 1- de Janeiro de 2006	Convoca a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.
F	Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994	Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.
G	Apresentação do Plano de Ação	Apresentação do Plano de Ação das Deliberações do CNDI

15 - Conselho Nacional de Saúde

A	Decreto 99438 de 7 de Agosto de 1990	Dispões sobre a organização e atribuições do CNS
B	Decreto 1448 de 6 de Abril de 1995	Nova redação decreto 99438

16 - Constituição Federal da república de 1988

A	Constituição Federal da República de 1988	Título VIII Da Ordem Social Capítulo I Disposição Geral Sessão II Da Saúde
---	---	--

17 - Cuidados Prolongados

A	Portaria 2413 de 23 de Março de 1998	Cuidados Prolongados pacientes crônicos
---	--------------------------------------	---

18 - Envelhecimento Ativo

A	Envelhecimento Ativo	OPAS
---	----------------------	------

19 - Farmácia Popular

A	Decreto 5.090 de 20 de Maio de 2004	Regulamenta a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, e institui o programa "Farmácia Popular do Brasil", e dá outras providências.
B	Portaria 2.587 de 6 de Dezembro de 2004	Institui o incentivo financeiro do Programa farmácia Popular do Brasil, e dá outras providências.
C	Portaria 491 de 9 de Março de 2006	Dispõe sobre a expansão do Programa "Farmácia Popular do Brasil".
D	Resolução 338 de 6 de Maio de 2006	Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica
E	Manual Básico da Farmácia Popular	

20 - Hiperdia

A	Portaria GM 371 de 04 de Março de 2002	Institui o Programa Nacional de Assistência Farmacêutica para Hipertensão e Diabetes Mellitus
B	Portaria GM 16 de 03 de Janeiro de 2002	Aprova o Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e a Diabetes Mellitus
C	Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e a Diabetes Mellitus	
D	Apresentação Hiperdia	
E	Caderno de Atenção Básica Diabetes Mellitus	
F	Caderno de Atenção Básica Prevenção Clínica de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renal crônica	
G	Portaria GM nº 2,075 de 16 de outubro de 2005	Constitui Grupo de Trabalho para condução das diretrizes nacionais para prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e reabilitação das lesões do "Pé Diabético" dentro da Política Nacional de Atenção Integral a Hipertensão Arterial e ao Diabetes Mellitus.
H	Portaria nº 2008/GM Em 30 de outubro de 2001.	Campanha Nacional de Detecção de Casos Suspeitos de Hipertensão Arterial e de Promoção de Hábitos Saudáveis de Vida,
I	Portaria n.º 235/GM Em 20 de fevereiro de 2001.	Estabelecer as seguintes diretrizes para a reorganização da atenção aos segmentos populacionais expostos e portadores de hipertensão arterial e de diabetes mellitus
J	Portaria Conjunta Nº 02, de 05 de março de 2002.	Implantação do Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e ao Diabetes Mellitus
L	Portaria Nº 391, de 4 de abril de 1997	Instituir, em 14 de novembro de cada ano, o "Dia Nacional do Diabetes" como o dia símbolo de luta contra a doença, em substituição à data anteriormente estabelecida.
M	Portaria Conjunta N.º 112 , de 19 de junho de 2002	Aprovar o fluxo de alimentação da base nacional do Hiperdia, obrigatório para todos os municípios que aderirem ao Programa de Assistência Farmacêutica à Hipertensão Arterial e ao Diabetes Mellitus conforme estabelecido no anexo desta portaria.
N	HÁ diagnóstico e Classificação	Diagnóstico e classificação da hipertensão arterial sistêmica

21 - HIV e AIDS

A	Relatório do VI Congresso Brasileiro de Prevenção das DST e AIDS	
---	--	--

22 - HumanizaSUS

A	Documento Base da Política Nacional do HumanizaSUS	
B	Relatório Final HumanizaSUS/2003	
C	Política Nacional de Humanização/2004	
D	Relatório da Oficina 2003	
E	Folder Humanizasus	

23 - ILPI

A	ANVISA RDC 283 de 26 de Setembro de 2005 - Resolução de Diretoria Colegiado	Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as instituições de Longa permanência para Idosos
---	---	--

24 - II Seminário de Atenção à Saúde do idoso - Ampliando o Cuidado 2006

A	Relatório Final	Relatório Final do II Seminário de Atenção à Saúde do idoso - Ampliando o Cuidado 2006
---	-----------------	--

25 - Internação Domiciliar

A	Portaria 2529 de 19 de Outubro de 2006	Institui a Internação Domiciliar no âmbito do SUS.
---	--	--

26 - Ministério do Trabalho

A	Cartilha do Trabalho Doméstico	Cartilha do trabalho doméstico, ocupação de cuidador
---	--------------------------------	--

27 - OISS

A	Relatório Final para a Organização Ibero-Americana de Seguridade Social – OISS / 2006	Relatório com dados, estudos e políticas voltadas para a pessoa idosa no Brasil.
---	---	--

28 - Órtese e Prótese

A	Portaria 185 de 05 de abril de 2002	Considerando que a pessoa portadora de deficiência deve receber tratamento especializado, visando à promoção da saúde, a limitação da incapacidade e a garantia da qualidade de vida;
B	Portaria 1130/GM de 18 de Junho de 2002	Instituir, no período de julho a dezembro de 2002, a Campanha Nacional de Protetização para Pessoas Portadoras de Deficiência Física, exclusivamente, para os procedimentos constantes do Anexo I desta Portaria, visando atender às necessidades de pessoas portadoras de deficiência física
C	Portaria GM 818 de 05 de junho de 2001	Considerando a necessidade de organizar a assistência à pessoa portadora de deficiência física em serviços hierarquizados e regionalizados e com base nos princípios da universalidade e integralidade das ações de saúde;

29 - Osteoporose

A	Portaria nº 470 de 24 de Julho de 2002.	Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS – OSTEOPOROSE - ,Bisfosfonados, Calcitonina, Carbonato de Cálcio, Vitamina D, Estrógenos e Raloxifeno.
---	---	---

30 - Pacto pela Vida

A	Portaria GM 399 de 22 de Fevereiro de 2006	Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e Aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto
B	Apresentação do Pacto pela Vida	
C	Apresentação do Pacto pela Vida oficina MS	
D	Pacto pela Vida na Área de Envelhecimento	Relatório das Ações da Área Técnica 2006/2007 – Pacto pela Vida
E	Pacto volume 1	Pacto pela Vida em defesa do SUS e de Gestão
F	Pacto volume 2	Pacto pela Vida e de Gestão
G	Pacto volume 3	Regionalização solidária e cooperativa – orientações para sua implementações no sus
H	Pacto volume 4	Política Nacional de Atenção Básica
I	Pacto volume 5	Diretrizes para a Programação Pactuada e Integrada da Assistência à Saúde
J	Pacto volume 6	Diretrizes para a implantação de complexos reguladores
H	Pacto volume 7	Política Nacional de Promoção da Saúde

31 - Parkinson

A	Portaria nº 1.016 de 23 de Dezembro de 2002	Aprovar o PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS - DOENÇA DE PARKINSON- Levodopa/Carbidopa, levodopa/Benserazida, Bromocriptina, Pergolida, Pramipexol, Cabergolina, Amantadina, Biperideno, Triexifenidil, Selegilina, Entacapone, Tolcapone, na forma do Anexo desta Portaria.
---	---	---

32 - Política Nacional de Promoção da Saúde

A	Carta de Ottawa/ 1986	Primeira Conferencia Internacional de Sobre Promoção da Saúde
B	Portaria 687 de 30 de Março de 2006	Aprova Política de Promoção da Saúde
C	Cartas da Promoção da Saúde	
D	A Construção de Vidas Mais Saudáveis	

33 - Política Nacional do Idoso

A	Lei 8.842 de 4 de Janeiro de 1994	Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.
B	Decreto 1.948 de 3 de julho de 1996	Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências.
C	Portaria 1.395 de 10 de Dezembro de 1999	Política Nacional de Saúde do Idoso
D	Estatuto do Idoso/2003	Lei 10.741 de 1º de Outubro de 2003 – Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências
E	Decreto 5.130 de 7 de Julho de 2004	Regulamenta o art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e dá outras providências.
F	D5155 de 23 de Julho de 2004	Altera o decreto 5130
G	Lei nº11,433 de 28 de dezembro de 2006	Dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso.
H	Portaria 2528 de 19 de Outubro de 2006	Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.
I	Apresentação Política Nacional do idoso 2006	

34 - Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC

A	Portaria nº971 em 03 de maio de 2006	Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde.
B	Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS	

35 - SAMU

A	Decreto 5.055 de 27 de Abril de 2004	Institui o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, em Municípios e regiões do território nacional, e dá outras providências.
B	Portaria GM 1863 de 29 de Setembro de 2003	Política Nacional de Atenção às Urgências

36 - Saúde Bucal

A	Diretrizes da Política nacional de Saúde Bucal	
B	Caderno de Atenção Básica em Saúde Bucal	

37 – Saúde Mental

A	Manual de Volta pra Casa	O Programa “De Volta Para Casa”, criado pelo Ministério da Saúde, é um programa de reintegração social de pessoas acometidas de transtornos mentais, egressas de longas internações, segundo critérios definidos na Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003
B	Manual dos Centros de Atenção Psicossocial - CAP	
C	Portaria n.º 336/GM Em 19 de fevereiro de 2002.	Definir, que as modalidades de serviços dos Caps
D	Portaria nº 246 de 17 de Fevereiro de 2005	Destina incentivo financeiro para implantação de Serviços Residenciais Terapêuticos e dá outras providências.
E	Portaria GM nº 1174 de 7 de Julho de 2005	Destina incentivo financeiro emergencial para o Programa de Qualificação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS e dá outras providências.
F	Portaria/GM nº 106 - De 11 de fevereiro de 2000	Institui os Serviços Residenciais Terapêuticos
G	Portaria GM nº 245 de 17 de Fevereiro de 2005	Destina incentivo financeiro para implantação de Centros de Atenção Psicossocial e dá outras providências.
H	Portaria/GM nº 1.220 - De 7 de novembro de 2000	Criação do Serviço Residencial Terapêutico em Saúde Mental, da atividade profissional Cuidador em Saúde, o grupo de procedimentos Acompanhamento de Pacientes e o subgrupo Acompanhamento de Pacientes Psiquiátricos, o procedimento Residência Terapêutica em Saúde Mental, dentre outros.
I	Reforma Psiquiátrica e política de Saúde Mental no Brasil Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas Brasília, 07 a 10 de novembro de 2005	
J	Residências terapêuticas	Residências Terapêuticas o que são, para que servem

38 – Seminário Macrorregional em Saúde da Pessoa Idosa

A	Relatório Final	Relatório final dos três seminários macrorregionais em Saúde da População Idosa
B	Apresentações Seminário Norte e Centro-Oeste	<p>Centro-Oeste: Campo Grande, Distrito Federal, Goiânia, Goiás, Mato Grosso, e Mato Grosso do Sul;</p> <p>Norte: Manuas, Acre, Amapá, Amazonas, Belém, Boa Vista, Macapá, Palmas, Rio Branco, Roraima e Tocantins</p> <p>Palestras: Conselho Nacional de Direito dos Idosos, Departamento de Atenção Básica, Pacto pela Vida, SUS e SUAS, Promoção da Saúde e Sistema de Vigilância das DANT e Caderneta de Saúde</p>
C	Apresentações Seminário Sul e Sudeste	<p>Sul: Curitiba, Paraná, Porto Alegre, Rio Grande do Sul e Santa Catarina</p> <p>Sudeste: Belo Horizonte, SP (capital), Contagem, Duque de Caxias, SP (estado), Juiz de Fora, Minas Gerais, Osasco, RJ (capital), Santo André, Uberlândia e Vitória</p> <p>Palestra: Departamento de Atenção Básica, Caderneta de Saúde, Caderno de Atenção Básica, Pacto pela Vida, SUS e SUAS e Conselho do Idoso</p>
D	Apresentações Seminário Nordeste	<p>Nordeste: Alagoas, Aracajú, Bahia, Ceará, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Natal, Paraíba Pernambuco, Rio Grande do Norte, Salvador, São Luiz, Maranhão, Sergipe e Teresina</p> <p>Palestras: Departamento de Atenção Básica, Caderneta de Saúde, Caderno de Atenção Básica, Conselho do Idoso, Pacto pela Vida, SUS e SUAS, Promoção da Saúde e Sistema de Vigilância das DANT e Caderneta de Saúde e Apresentação do conselho de Fonoaudiologia</p>

39 - SUS

A	Lei 8.080 de 19 de Setembro de 1990	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
B	Lei 8.142 de 28 de Dezembro de 1990	Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
C	Decreto 4.588 de Fevereiro de 2003	Revoga o decreto nº4.481 de 22 de novembro de 2002 que dispõe sobre os critérios para a definição dos hospitais estratégicos no âmbito do SUS
D	Lei 10.858 de 13 de Abril de 2004	Autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências.
E	O SUS de A a Z	O SUS de A a Z Garantindo Saúde nos Municípios
F	Cartilha entendendo o SUS	
G	Cartilha direitos do usuário - Ilustrada	
H	Cartilha direitos do usuário - Íntegra	

40 – Vacinação

A	Informe Técnico da Vacinação 2007	
B	apresentação caderneta/vacinação	

41 - Violência

A	Ficha de Notificação de Violência 2006	
---	--	--

Brasília

Maio / 2007